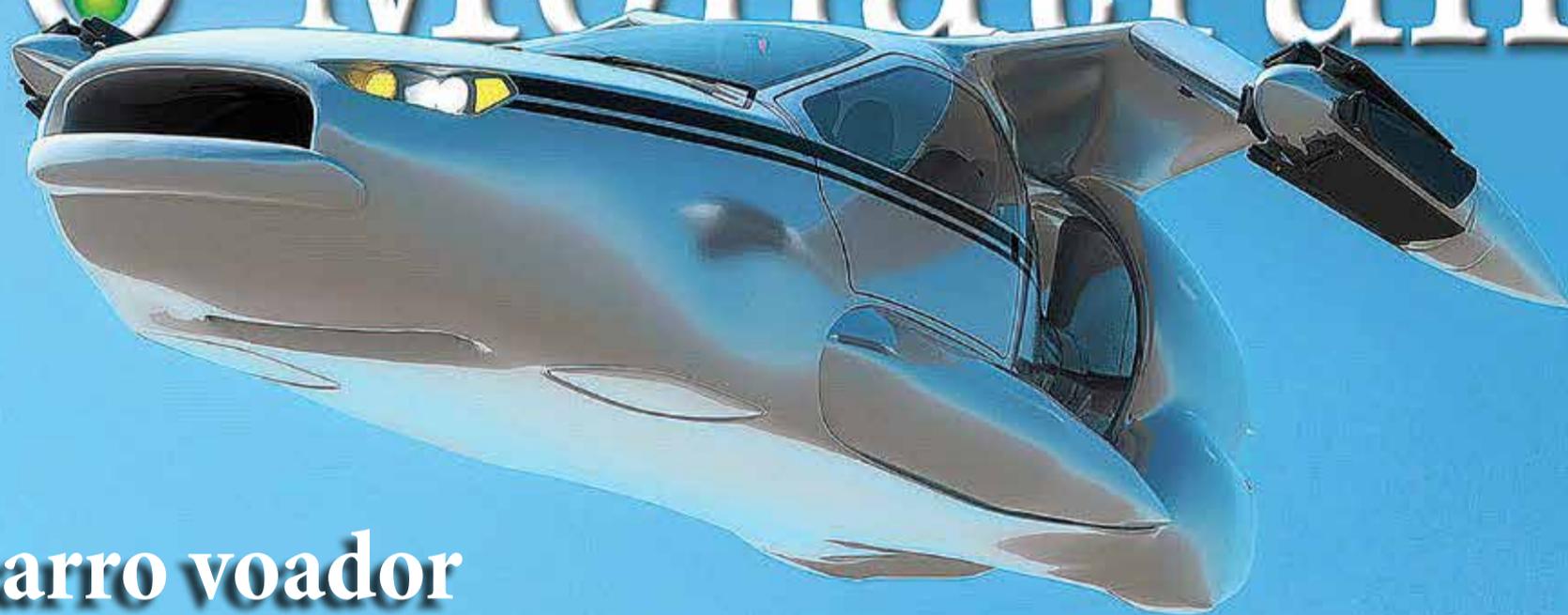


O Monatran



Carro voador

O transporte do futuro

Página 16

JORNAL DO MONATRAN - MOVIMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO - FLORIANÓPOLIS/SC - ABRIL/MAIO 2013 - ANO 4 - Nº 41

TRANSPORTE MARÍTIMO: o desinteresse continua

Mais de um ano depois de terem sido entregues à Superintendência do Patrimônio da União-SPU os projetos que criam, em Palhoça, o Sistema de Transporte Marítimo, prefeitos dos demais municípios da Grande Florianópolis continuam inertes quanto a implantação do projeto em suas cidades. (Página 13)

Dilma destaca importância de obras de infraestrutura e mobilidade



No II Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, a Presidente Dilma Rousseff destacou a importância que as obras de infraestrutura e mobilidade urbana tem para o desenvolvimento das cidades. (Página 4)



Dra. Isolde Espíndola, Superintendente do SPU e o presidente do MONATRAN Roberto Bentes.

Comitê sobre mobilidade cria comissões para executar projetos na Grande Florianópolis

Página 3



RESPEITE O LIMITE DE VELOCIDADE.



EDITORIAL

Corpo doente

O trânsito é comparado muitas vezes a um organismo humano: um complexo sistema cheio de peculiaridades que precisa de equilíbrio para funcionar corretamente. Todavia, basta uma rápida circulada pelas ruas das cidades ou mesmo um acesso à internet, que é possível perceber um corpo doente.

Vias completamente congestionadas se assemelham a um coração prestes a entrar em colapso. Para piorar, a cada ano, os números relativos a mortes no trânsito tornam-se mais assustadores, mostrando-nos um corpo doente à beira da auto-destruição.

O que fazer? Ainda hoje, o melhor remédio continua sendo a prevenção. Assim, embora redundante, é necessário começar do começo, já nas séries iniciais da Educação Infantil, orientando crianças para que sejam protagonistas conscientes dentro deste grande organismo.

Todavia, há também a necessidade da reeducação dos motoristas atuais. Todos sabemos o que pode ou não ser feito no trânsito. Foi ensinado no centro de formação de condutores. O que falta é a aplicação desses conhecimentos e de bom senso e o abandono do chamado “jeitinho”.

O brasileiro, tão criativo, orgulhoso de seu modo de ser que arruma soluções para tudo não parece perceber que, contra regras não deve haver jeitinho. Não há lugar para estacionar, o brasileiro criativo estaciona em local proibido. O brasileiro criativo está com pressa, mas o sinal está fechado, imagina que o vermelho significa “siga em frente”.

O egoísmo, personalizado no “jeitinho”, consiste em não reconhecer que há diversos outros semelhantes que compartilham das vias públicas e mereceriam igual respeito. Ao pensar que sua pressa ou sua comodidade são prioritárias, torna-se vítima igualmente de outros que assim pensam.

Por fim, todos somos reféns, algum dia ou outro, dos motoristas embriagados, imprudentes, que nos “cortam” ou que estacionam em frente a nossas garagens.

Entretanto, com um trabalho de prevenção eficiente, será possível alcançar um trânsito sadio.

Saúde esta que parte de uma postura consciente de motoristas e pedestres, em defesa da vida. Essa postura inclui o respeito à legislação de trânsito, aos limites de velocidade e à proibição de beber antes de dirigir.

Um trânsito seguro também é sinônimo de qualidade de vida. Por esta razão, o Governo não pode tratar o problema viário de forma desvinculada das políticas de educação, mobilidade urbana e segurança. O trânsito é uma questão de saúde pública e deve ser encarado como prioridade em todos os níveis da administração pública e por todos nós, protagonistas da história.

NOTAS E FLAGRANTES

Cachoeira é detido em Anápolis após recusar o bafômetro

O empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, foi preso no dia 28 de abril após se recusar a fazer o teste de bafômetro. Conforme a Polícia Rodoviária Federal de Anápolis, ele apresentava sinais evidentes de embriaguez, como olhos vermelhos, dificuldade de equilíbrio e forte hálito etílico. O empresário foi liberado após pagar fiança de R\$ 22 mil e irá responder ao processo em liberdade. Um conhecido de Cachoeira teve que ir buscar o veículo, um Kia Cadenza, na delegacia. Conforme a PRF, não foi encontrada bebida no interior do veículo. Ele informou à polícia que havia saído de um show do cantor Gustavo Lima.



Mães assumem muitas dos filhos

Os maridos já não são mais os principais responsáveis por levar muitas mulheres a fazer o curso de reciclagem no Detran. Segundo funcionários do órgão no Paraná, atualmente, muitas mães pagam pelos erros dos filhos -, seja porque eles usam carros registrados em nome delas, ou porque elas simplesmente concordam em assumir os pontos das infrações cometidas pelos rebentos. Mas algumas já começam a dar um “basta”. Dias destes, uma mulher

ficou revoltada ao perder a carteira por causa de infrações do marido. Ela não teve dúvidas: determinou que o esposo fosse para a reciclagem no lugar dela. Ele obedeceu e passou a assinar em nome da mulher. Lá pelas tantas, a instrutora estranhou que o barbado tivesse um nome tão feminino. Questionado, o homem nem tentou mentir: contou a história toda. Acabou preso por falsidade ideológica. Já a esposa, se quiser voltar a dirigir, terá de fazer o curso.



Cantora se recusa a fazer teste do bafômetro e fica sem o carro

Há muito tempo afastada da mídia, Joana foi parada por uma blitz da Lei Seca numa avenida do Rio de Janeiro, e como se recusou a fazer o teste do bafômetro e também por estar com a documentação irregular, a cantora, além da multa que chega a quase dois mil reais, dos pontos na carteira, Joana também teve essa carteira de habilitação apreendida e o seu carro foi removido para um depósito público.

Afronta ao bom senso

Concebidas para orientar os motoristas sobre as condições do tráfego em tempo real, algumas redes sociais tiveram suas funções deturpadas e passaram a ser utilizadas para informar os motoristas sobre a realização de blitzes. Trata-se de uma condenável afronta ao bom senso, na medida em que são evidentes os prejuízos que o uso de tais dispositivos traz à segurança no trânsito. Neste cenário, como são abastecidos pelos próprios cidadãos - e diante da dificuldade das autoridades para restringir a operacionalização e o uso de tais recursos -, o recomendável é que a civilidade e a responsabilidade social preponderem, a ponto de conscientizar os usuários de que alimentar tal serviço representa um inequívoco estímulo à violação da lei e, no limite, um desserviço à vida.



Jornal do MONATRAN -
Movimento Nacional de Educação no Trânsito
Sede Nacional: Av. Hercílio Luz, 639 Conj. 911
Centro - Florianópolis / Santa Catarina – CEP 88020-000
Fone: (48) 3333-7984 / 3223-4920
E-mail: jornal@monatran.org.br
Site: www.monatran.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Roberto Alvarez Bentes de Sá

Diretores: Romeu de Andrade Lourenção Júnior

José Carlos Pacheco

Sergio Carlos Boabaid

Luiz Mario Bratti

Maria Terezinha Alves

Francisco José Mattos Mibielli

Jornalista Responsável e diagramador:

Rogério Junkes - Registro Profissional nº 775 - DRT

Redatora: Ellen Bruehmueller - Registro Profissional nº 139/MS - DRT

Tiragem: 12.000 exemplares

Distribuição: Gratuita

Os artigos e matérias publicados neste jornal são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam, não refletindo necessariamente o pensamento da direção do MONATRAN ou do editor.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Roberto Alvarez Bentes de Sá
 robertobentes@monatran.org.br



AGORA UMA BOA EXPECTATIVA?

Definida como a “condição de quem espera pela ocorrência de alguma coisa, baseando-se na sua possível efetivação”, ou ainda, “desejo intenso por algo”, a palavra “expectativa” descreve muito bem nosso sentimento com relação à criação do Comitê Regional de Gestão Integrada de Mobilidade Urbana.

Em nossos 15 anos de luta frente ao MONATran - Movimento Nacional de Educação no Trânsito, temos observado muitas iniciativas sendo realizadas nesse sentido, mas havendo quase sempre falhado em seus propósitos. Não sei se por falta de planejamento ou até mesmo por não ter a necessária força política, vão minguando já nos seus primeiros passos, mostrando-se condenadas à extinção, sem terem solucionado as

questões que se haviam proposto a resolver.

Desta vez, no entanto, a história parece destinada a um final feliz. Com a participação direta do Governo do Estado de Santa Catarina, através da mobilização da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis e a coordenação de seu secretário, deputado Renato Hinnig, o Comitê instalado no dia 1º de março tem tudo para dar certo.

Aliás, nossa expectativa é tamanha que estamos participando em duas comissões: a de “Trânsito e Transporte” e a de “Cidadania e Inclusão Social”. Assim, estaremos fazendo tudo o que estiver ao nosso alcance para que este Comitê prospere e atenda finalmente ao que se propõe.

Afinal, já estamos cansados, é ver-

dade, de observar outros projetos que simplesmente não saem do papel ou só ficam nos debates sem nada concretizarem. Esperamos sim, com muito otimismo, que este Comitê haja de maneira diferente e nos surpreenda pela eficiência e presteza nas suas ações.

A crise de mobilidade na Grande Florianópolis está ficando insustentável e algo objetivo e alentado precisa ser feito. Não digo isso por conta de sua dimensão, mas sim por conta do seu resultado. É necessário pensar em projetos de curto, médio e longo prazo, para resolver os problemas de Mobilidade Urbana na região. E é URGENTE!

Precisamos de ações que privilegiem o transporte coletivo ao invés do individual, como já vem acontecendo em países mais organizados. Precisamos de projetos

que permitam o trânsito em nossas artérias preferencialmente aos veículos de transporte de massa, aliviando a locomoção no tão escasso espaço das vias de nossa cidade, até mesmo a muito recomendável inclusão do Transporte Marítimo e do Monotrilho.

Enfim, estamos juntos para expor nossas ideias e contribuir para uma realidade menos cruel para com os moradores da região metropolitana e também todos que aqui afluem por razões profissionais ou mesmo por lazer.

Como está é impossível continuar. Agora, porém, já podemos alimentar a esperança de conhecer um futuro melhor.

Que seja bem vindo o Comitê Regional de Gestão Integrada de Mobilidade Urbana.

Comitê sobre mobilidade cria comissões para executar projetos

O Comitê de Gestão Integrada de Mobilidade Urbana da Grande Florianópolis se reuniu no dia 22 de abril, para montar as comissões que vão executar os projetos e se entender como vai funcionar o estudo sobre mobilidade, oferecido pelo BNDES. O comitê é presidido pelo secretário de desenvolvimento regional da Grande Florianópolis, Renato Hinnig.

“Estamos vivendo um caos e temos de ser firmes e persistentes, de outra forma não conseguiremos conquistar o objetivo de melhorar a mobilidade na Grande Florianópolis”, disse o secretário.

Entre as definições da reunião, está a criação de seis co-



Fernanda Maciel

missões que serão responsáveis pela execução dos trabalhos: Projetos e Captação de Recursos, Cidadania e Inclusão Social, Infraestrutura Urbana, Trânsito



Roberto A. Bentes de Sá

e Transportes, Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Prevenção a Riscos e Resgates Urbanos.

O estudo sobre mobilidade,



Ildo Rosa

dado pelo BNDES, foi detalhado pelo representante da SC Parcerias Guilherme Medeiros e pelo engenheiro da UFSC Roberto de Oliveira.

As reuniões seguem acontecendo uma vez por mês e os encaminhamentos dados por cada comissão sempre serão reportados ao comitê de maneira integral para que as ações estejam sempre interligadas.

Sempre atuante, o MONATran - Movimento Nacional de Educação no Trânsito está com representações nas comissões de “Trânsito e Transporte”, com a participação do presidente da entidade, Roberto Alvarez Bentes de Sá, e do conselheiro Dr. Ildo Raimundo Rosa, e ainda na de “Cidadania e Inclusão Social”, com a participação da secretária executiva da entidade, Assistente Social Fernanda Luz Maciel.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI Nº 9.503, DE 1997)

Art. 29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas:

X - todo condutor deverá, antes de efetuar uma ultrapassagem, certificar-se de que:

- nenhum condutor que venha atrás haja começado uma manobra para ultrapassá-lo;
- quem o precede na mesma faixa de trânsito não haja indicado o propósito de ultrapassar um terceiro;
- a faixa de trânsito que vai tomar esteja livre numa extensão suficiente para que sua manobra não ponha em perigo ou obstrua o trânsito que venha em sentido contrário.



Dilma destaca importância de obras de infraestrutura e mobilidade

Os projetos são de investimentos do PAC e obedecem ao regime diferenciado de contratação.

A presidente Dilma Rousseff participou, no dia 23 de abril, do II Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, realizado em Brasília. Em seu discurso, ela destacou que obras de infraestrutura e mobilidade urbana são essenciais para o desenvolvimento dos municípios brasileiros. “O nosso país só vai crescer se crescerem as cidades”, afirmou.

Dilma confirmou que, em 2013, serão investidos R\$ 35,5 bilhões em obras de mobilidade urbana, sa-



neamento e pavimentação, cujo processo de seleção dos projetos começou no final de 2012. “Usualmente, não investimos em pavimentação. Os recursos são para cidades menores e de regiões metropolitanas mais afastadas do

centro. É uma pavimentação diferenciada”, explicou.

Segundo Dilma, o resultado da seleção foi apresentado em março e a realização dos projetos será de responsabilidade dos prefeitos. “Nossa expectativa é que as

obras sejam executadas o mais rápido possível. Como são obras do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], vocês podem usar o sistema de contratação por regime especial, o que diminui prazos e elimina a

burocracia”, afirmou.

Dilma destacou que alguns municípios médios foram autorizados a investir R\$ 7,9 bilhões para Sistema de Transporte Rápido por Ônibus (BRT), Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), aeromóvel, teleféricos e corredores de ônibus. “Os recursos se somam a outros R\$ 32 bilhões que haviam sido autorizados para investimento em grandes cidades. Nós voltamos a investir em metrô”, disse.

Para a presidente, investimentos em metrô são fundamentais para “a população adensada, que precisa de grande volume de transporte de massa”. Por este motivo, justifica, o governo está investindo em metrô em Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, Recife e Salvador.

Mobilidade urbana é tema do Conversa com a Presidenta



Na coluna semanal da presidenta Dilma Rousseff, Conversa com a Presidenta, do dia 30 de abril, os temas abordados foram os investimentos em mobilidade urbana. Os recursos somam R\$ 58,8 bilhões destinados à implementação de sistemas de transporte público coletivo de melhor qualidade nas grandes cidades, pelo PAC Mobilidade Grandes Cidades; e outros R\$ 8,8 bilhões para intervenções em 63 municípios com população entre 250 e 700 mil habitantes, pelo PAC Cidades Médias.

“São recursos destinados justamente à implementação de sistemas de transporte público coletivo nos grandes centros urbanos para melhoria na qualidade do transpor-

te, diminuição do tempo de deslocamento e aumento na qualidade de vida. (...) Todas essas obras irão, com certeza, Sandra, melhorar muito as condições de mobilidade em nossas cidades”, afirmou, em resposta a Sandra Helena Gonzaga Pedrosa, 51 anos, professora do Rio de Janeiro.

Dilma ainda enviou uma mensagem em que faz um diagnóstico do acesso ao ensino universitário por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Já são 871 mil jovens de todo o Brasil que cursam uma faculdade com esse apoio.

Ministério das Cidades lança campanha destinada ao motociclista

Ultimamente, nenhum outro produto vendeu tanto no mercado nacional quanto a motocicleta: no mesmo espaço de tempo em que a frota de carros duplicou, a de motos aumentou seis vezes. Infelizmente, com isso, aumentou também a taxa de mortalidade em acidentes com motos. Só na última década, esse número cresceu 244%, chegando a representar nos dias de hoje um terço das mortes no trânsito.

Para se ter ideia, um motociclista morre a cada meia hora nas ruas e estradas brasileiras.

O aumento da frota, no entanto, não é a única causa do aumento dos acidentes. Por ser um veículo mais instável, com menos itens de proteção, as pesquisas comprovam que o risco de um motociclista morrer no trânsito é 14 vezes maior que a de um ocupante de automóvel.

No interior, elas representam a facilidade do deslocamento, a possibilidade de ir mais longe, a independência e também status. Nas grandes cidades, as motos disputam cada vez mais espaço com



carros e ônibus e representam o ganho de tempo, a agilidade e o uso profissional desse meio de transporte.

Com base no cenário atual, o Ministério das Cidades, por meio do Denatran, está lançando uma campanha de conscientização que tem como principal objetivo alertar os motociclistas e os motoristas sobre a urgente necessidade de redução dos acidentes de trânsito.

Segundo o Ministério das Cidades, a segurança sobre duas rodas é uma via de mão dupla, pois depende da consciência do motociclista e do respeito dos motoristas. Por isso, neste ano, foi dada continuidade ao conceito que guiou a bem-sucedida campanha do ano passado: “Moto. É preciso saber usar. É preciso respeitar.”

A campanha faz parte de um grande esforço para mudar as estatísticas do trânsito brasileiro: PARADA – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes. A campanha tem o objetivo de mobilizar toda a sociedade e modificar os números do trânsito no país.

Jose Roberto de Souza Dias *



Pedestres: “uma chispa de indignação”

A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o período de 6 a 12 de maio de 2013 como a Semana Mundial de Segurança Viária. Este ano o tema central é a *segurança dos pedestres*.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 5 mil pessoas morrem nas vias de todo o mundo a cada semana e os pedestres representam cerca de um quarto desse número. Importante salientar que a maioria desses óbitos ocorre nos países pobres e em desenvolvimento.

Os acidentes que envolvem pedestres, assim como ciclistas e motociclistas são, em sua maioria, fruto da imprudência dos motoristas, da incúria dos responsáveis pela manutenção e fiscalização das vias e dos próprios pedestres.

Devido à falta de atenção às necessidades dos pedestres e a priorização do transporte individual, tem aumentado o risco de morte de pedestres, lesão ou incapacidade, principalmente entre as crianças e os idosos.

A brutalidade desse tipo de evento pode ser melhor percebida quando se considera, por exem-

plo, que o peso do veículo 1.0 é de aproximadamente 850 quilos. Os mais possantes, chegam a pesar em média, uma tonelada e meia. Um carro de mais de uma tonelada a uma velocidade de mais de 100 quilômetros por hora tem o impacto de um artefato carregado de explosivos. Enquanto isso, o pedestre só tem o pano da roupa e a própria pele para se defender.

A Organização Mundial da Saúde, preocupada com essa epidemia mundial e em coordenação com o Centro de Controle de Doenças e outros parceiros, sugere que os países membros das Nações Unidas não poupem esforços no combate aos acidentes que envolvem pedestres.

Com esse objetivo a OMS recomenda algumas estratégias básicas que visam salvar a vida das pessoas que caminham, tais como controlar a velocidade dos veículos, separar pedestres de veículos através de faixas e calçadas, aumentar a visibilidade dos pedestres, assegurar o trânsito responsável a todos os usuários das vias, promulgar leis apropriadas e reforçar a fiscalização.

O Brasil é campeão mundial de acidentes de trânsito e de discursos

politicamente corretos. Evidente que nossos administradores públicos, fora as legítimas exceções, não perderão a oportunidade de aplaudir essa iniciativa da ONU e certamente contribuirão com mais uma campanha de combate a esse mal do século.

Todos sabem que medidas simples e baratas diminuem o número de acidentes, como por exemplo, iluminar os pontos críticos de travessia de pedestres, pintar e renovar faixas de segurança e ampliar a fiscalização presencial e virtual. Para isso existe dinheiro, e muito, proveniente das multas de trânsito e acintosamente desviado de sua finalidade legal.

A sociedade compreende que sua segurança depende de um transporte público eficiente e que só assim diminuirá o uso do transporte individual e de todos os malefícios que representa, entre estes os brutais acidentes envolvendo pedestres, ciclistas e motociclistas. Isto, porém, está fora da perspectiva dos que fazem da política uma profissão plebiscitória e esperar mudanças estruturais de quem vive fechado num horizonte de quatro

anos é perda de tempo. Estabelecer um transporte público de qualidade, como trem, metrô, monotrilho, aquático público é coisa de estadista, de quem tem o compromisso com o futuro e não com a próxima eleição.

Necessário se faz compreender que a diminuição de acidentes depende de projetos de longa duração na matriz de transporte, na educação e na formação e reciclagem dos condutores de veículos. Para isso a sociedade tem que resgatar seu papel mobilizador e, como diz o ex-Presidente Fernando Henrique: “não basta o uso das redes sociais, é preciso uma chispa de indignação a partir de um ato concreto de alguém, ou de alguns.”

** Doutor em Ciências Humanas e Mestre em História Econômica pela USP. Professor Adjunto da UFSC, criou e coordenou o Programa PARE do Ministério dos Transportes, foi Diretor do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran. Secretário Executivo do Gerat da Casa Civil da Presidência da República, Diretor de Planejamento da Secretaria de Transportes do Rio Grande do Sul, Presidente do Instituto Chamberlain de Estudos Avançados e membro do Conselho Deliberativo do Monatran – Movimento Nacional de Educação no Trânsito, Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis - CESUSC. Coordenador do Núcleo de Articulação Voluntária - NAV.*

DETRAN/SP enviará carta informando pontos da CNH

O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran) começou a enviar cartas alertando condutores que atingiram dez ou mais pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

As correspondências são remetidas aos cidadãos do interior, litoral e Região Metropolitana de São Paulo.

Por mês, de 50 mil a 60 mil cartas devem ser enviadas para motoristas dessas regiões. Em breve, o alerta também abrangerá a capital.

A carta terá um quadro com as multas registradas até a data de sua emissão.

Santa Catarina – Enquanto isso, aqui no Estado, o registro

de pontos na CNH continua sendo feito de forma manual, assim como as notificações de suspensão por pontuação e cassação. Assim, nos primeiros quatro meses do ano, foram encaminhadas apenas 829 notificações de suspensão por pontuação, referentes ao ano de 2012.

Desde 2009, temos acompanhado a luta do Detran catarinense, pleiteando junto ao CIASC (Centro de Informática e Automação de Santa Catarina) que o processo administrativo por pontuação (20 pontos ou mais) seja cadastrado no sistema DETRANNET, bem como a automatização do envio das notificações, assim como acon-

tece com as multas. Todavia, até hoje sem alcançar êxito.

Para o presidente do MONATRAN – Movimento Nacional de Educação no Trânsito, Roberto Alvarez Bentes de Sá, é lamentável que haja dificuldades em concluir o referido sistema de automatização, tendo em vista todo o avanço em Tecnologia da Informação existente na capital do Estado.

O gerente-geral das JARIs e de Aplicação e Imposição de Penalidades do Detran/SC, Carlos Henrique do Amaral e Silva, enfatiza ainda que a falta de um sistema automatizado para a emissão

de notificações de suspensão por pontos acaba prejudicando o efeito educativo da punição. “Temos observado a diminuição da reincidência daqueles motoristas que cumprem a

suspensão e participam do curso de reciclagem. Porém, com a demora na aplicação das penalidades, reforça-se o sentimento de impunidade”, afirma.



Aprovado projeto do deputado Merisio que busca transparência na cobrança de pedágios em SC



Deputado Gelson Merisio (PSD)

Os catarinenses estão próximos de ter total acesso aos valores que as concessionárias arrecadam nas sete praças de pedágios instaladas em Santa Catarina, nas BRs 101 e 116. Foi aprovado por unanimidade, no dia 16 de abril, na Assembleia Legislativa, o projeto de lei do deputado Gelson Merisio (PSD) que determina transparência na cobrança da taxa no estado. Além dos recursos obtidos, as operadoras também deverão divulgar seus investimentos na melhoria e ampliação das estradas que administram.

De acordo com a proposta, a publicação deve ser feita em painéis nos postos de pedágio, assim como no site da empresa, no Diário Oficial e em três jornais de circulação estadual. As concessionárias não poderão elevar a tarifa por conta das despesas com estas ações.

A matéria ganhou relevância a partir da divulgação da investigação realizada desde 2011 pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que questiona a Autopista Litoral Sul – que administra o trecho Florianópolis/Curitiba da BR 101 – pela não execução das principais obras previstas no contrato

de concessão, assinado em 2008 junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

“Já era perceptível a insatisfação dos usuários da BR 101 com o grande volume de recursos arrecadados pela concessionária e com a falta de investimentos para manutenção, ampliação e segurança da rodovia, que é utilizada por grande parte dos catarinenses. Isso ocorre pela falta de transparência, por não se demonstrar claramente onde é aplicado o recurso, que é público”, afirma Merisio, que apresentou o projeto ao Legislativo em junho de 2012.

TRANSPARÊNCIA ESTÁ PRÓXIMA

A matéria aguarda, agora, a sanção do governador Raimundo Colombo para começar a valer. Assim que adquirir o status de lei, as concessionárias terão 120 dias para começar a divulgar seus balanços financeiros. Em caso de descumprimento da norma, a multa prevista é de R\$ 5 mil, que dobrará em cada reincidência. O Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) será responsável pela fiscalização.

Detran promove encontro sobre legislação aplicada a mototaxistas e motofretistas

O Detran/SC, em parceria com a Federação Catarinense de Municípios (Fecam), promove no dia 22 de maio, o Encontro Estadual sobre a Regulamentação das Atividades dos Mototaxistas e Motofretistas. A iniciativa vem atender aos anseios da categoria e de profissionais da fiscalização sobre a padronização dos procedimentos descritos na legislação vigente, além de sanar as dúvidas mais frequentes. O evento é gratuito e as vagas limitadas.

Graziela Maria Casas Blanco, coordenadora de Convênios de Trânsito do Detran/SC e palestrante do evento, explica que durante a programação serão abordados assuntos como a Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009, que regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros (mototaxista) e em entrega de mercadorias (motofretista) que exerçam atividades remuneradas na condução de motocicletas e motonetas. Além das resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (Contran): nº 356/2010 e 378/02011, que estabelecem requisitos mínimos de segurança para estas atividades, e a nº 410/2012, que regulamenta os cursos especializados obrigatórios destinados a profissionais do ramo.

O encontro é destinado a prefeitos, procu-



Atividades dos mototaxistas serão regulamentadas

radores, diretores de trânsito ou responsáveis nos municípios pela atividade de mototaxistas e motofretistas, e profissionais do Detran/SC.

A reunião acontece dia 22 de maio, a partir das 8h30, no auditório do Sest Senat em Florianópolis (Avenida Marinheiro Max Schramm, 3.635 - Jardim Atlântico). Mais informações no site do evento, (48) 3221-8800 ou egem@egem.org.br.

Rodovias e escolas de Rodeio e Timbó serão contempladas com obras pelo Governo

As obras fazem parte do Pacto por Santa Catarina e, juntas, somam R\$ 4,2 milhões em investimentos.



No dia 15 de abril, o governador Raimundo Colombo anunciou quatro importantes obras em Timbó e Rodeio, no Vale do Itajaí. Duas rodovias serão restauradas e duas escolas reformadas. As estradas que serão restauradas são a SC-110, entre Timbó e Rodeio; e a SC-477, em Timbó, onde houve um desmoronamento com as últimas chuvas. No caso da SC-110, serão revita-

lizados 18,39 quilômetros da rodovia, com novo pavimento, terceira pista, acostamentos e drenagem. Serão investidos R\$ 3,2 milhões na SC-110. Já na SC-477, o investimento é de R\$ 283 mil para resolver o problema de desmoronamento. De acordo com o governador, “vivemos uma fase importante. É hora de executar as obras. Na Infraestrutura, serão 2 mil quilômetros de rodovias e na Educação serão reformadas e ampliadas 417 escolas. É um novo ciclo de desenvolvimento para Santa Catarina”, disse. O secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, explicou que o Governo do Estado pretende desenvolver os locais e trazer mais segurança para Santa Catarina, que registra um número grande de acidentes de trânsito nas estradas. Em outra solenidade em Pomerode, o governador e o secretário de Infraestrutura entregaram ainda a ordem de serviço para outro trecho da SC-110, que liga Pomerode e Timbó.

Ildo Raimundo Rosa *



A Copa da Lei Seca

Com as intenções voltadas para a organização de grandes eventos, especialmente a Copa das Confederações, o Encontro da Juventude no Rio de Janeiro e a Copa do Mundo de 2014, atendida, pelo menos num primeiro momento, a demanda dos “palcos”, especialmente os estádios e centros de convenções, as primeiras simulações vem identificando o grande vilão da história, qual seja a mobilidade urbana, presente de forma preocupante tanto na inauguração do Mineirão quanto do Maracã, onde muito depois do início dos eventos, chegavam expectadores reclamando da dificuldade de acesso.

Apesar de ter merecido desde um primeiro momento a atenção devida e uma grande massa de recursos, os equipamentos urbanos, além de onerosos, demandam tempo, habitualidade e, acima de tudo, educação para sua definitiva consolidação, o que poderá superar os prazos previstos até a realização dos eventos.

O trânsito em si, já projeta para 2014 cerca de 56 mil mortes, tudo baseado em dados estatísticos e projeções vinculadas a anos anteriores, o que certamente fugirá a simples compreensão de nossos visitantes, haja vista que, especialmente na Europa, no ano de 2010 ocorreram 19.703 mortes contra 63.799 constatadas no Brasil.

O pior é que a educação, o respeito à lei e o bom senso não poderão ser erguidos como os estádios, alguns considerados verdadeiros “elefantes brancos” e que certamente assumirão essa cor no final dos eventos, enquanto

as entidades não governamentais, compostas basicamente de cidadãos que querem colaborar com um melhor encaminhamento das questões afetas ao trânsito, enfrentam dificuldades para erguerem suas sedes e implementarem um trabalho de médio e longo prazo que não nos deixe dependentes das cifras e dos macabros resultados dos acidentes de trânsito no Brasil a cada final de semana mais prolongado.

Ao mesmo tempo a FIFA, tão zelosa em fazer cumprir seus regulamentos, cedeu de forma vergonhosa aos grandes anunciantes de cervejas, tentando eliminar qualquer concorrência, impôs tanto nos estádios a distribuição de bebidas alcoólicas quanto nos seus entornos, afrontando inclusive leis que já proibiam essa distribuição, levadas de roldão por um protocolo firmado de forma leviana, onde a euforia da realização do evento superou qualquer bom senso ou compromisso com a soberania Nacional bem como com a própria estatística, onde pesquisa recente realizada pelo Instituto Médico Legal da USP conclui que 45% dos mortos em acidentes de trânsito tinham vestígios de álcool no organismo, isso sem contar com suas crescentes vítimas...

Parece evidente que os expressivos valores custeados pelos fabricantes de cervejas, segundo suas próprias projeções, contribuirão para o incremento das vendas, o que acrescenta a esse intrincado quadro da mobilidade, uma preocupação a mais, colocando ainda mais em cheque a nossa hoje assediada Lei Seca que, apesar de ser bastante eficaz, vem esbarrando na falta

de equipamentos de detecção, tanto do álcool quanto de outras drogas, bem como de uma estrutura de polícia judiciária que encaminhe de forma célere a solução dos problemas sem reter as equipes de fiscalização no corredor das delegacias, reféns da burocracia e da própria morosidade da persecução criminal.

No momento em que, visando melhor atender a nossos encargos, estamos enviando técnicos para vários lugares do mundo em busca de eventuais soluções, especialmente na área de segurança, seria mais que pertinente, essencial que também nas soluções adotadas por outros países, concluíssemos que educação, engenharia, fiscalização e primeiros socorros são tão essenciais quanto a própria punição, ou seja, só a existência da Lei Seca sem esse elenco de ações facilmente adotadas por outros países estaremos assumindo meros paliativos, sem atingirmos o cerne da questão, restando-nos tão somente almejar que as bênçãos de nosso Papa Francisco nos tragam proteção, talvez com um milagre para enfrentar tão insolúvel problema...

* Delegado da Polícia Federal. Ex-presidente do IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Ex-secretário da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Florianópolis. Membro do Conselho Deliberativo do MONATRAN - Movimento Nacional de Educação no Trânsito.

FISCALIZAÇÃO

Radares devem voltar a funcionar até o final de maio

Radares na Capital já estão na fase de testes e a meta é colocar os aparelhos em funcionamento até o fim de maio. No dia 13 de maio, o Inmetro aferiu o primeiro ponto, na praça Seixas Neto, na Agrônômica. No local foram testadas 10 faixas, na avenida Beira-Mar Norte, sentido Centro - bairro, antes do bar Koxixó's. Uma reunião prevista para acontecer no dia 15 de maio no (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IpuF) deve definir a data para o início da fiscalização. O diretor de operações de trânsito, Adriano Melo, ressalta que o



interesse da prefeitura é colocar todos em funcionamento o mais breve possível.

O contrato com a empresa

Kopp Tecnologia, vencedora da licitação, começou em 28 de fevereiro e de lá pra cá a instalação dos aparelhos pas-

sou por várias etapas. Conforme o cronograma, o Inmetro tem até o dia 17 de maio para concluir as aferições. Depois disso, de acordo com Melo, serão realizados ajustes finais para que os radares estejam prontos para fiscalizar as infrações de trânsito nos 122 pontos que estão instalados na cidade.

Os testes aplicados pelo Inmetro contam com o apoio da Guarda Municipal e estão sendo aplicados no período das 23h às 6h. O comandante da GM, Jean Carlos Vianna Cardoso, explica que uma faixa é interdita para que pos-

sam ser feitos os testes de velocidade. Melo, do IpuF, lembra ainda que testes também podem ser feitos com veículos - sem a cobrança de multas, que avançam o sinal vermelho ou transitam em velocidade superior ao permitido no local. Os próximos pontos a serem aferidos são as faixas da avenida Beira Mar Norte, depois as vias do Continente e nas ruas do Centro de Florianópolis. Após a conclusão dos testes, a próxima etapa é homologar e publicar a conclusão do trabalho no Diário Oficial para então os aparelhos comecem a funcionar.

FLORIPA EM MOVIMENTO

Soluções de mobilidade para a Grande Florianópolis

Especialistas em Mobilidade Urbana apresentaram, no dia 30 de abril, para técnicos das prefeituras da Grande Florianópolis, uma síntese geral do projeto do Consórcio Floripa em Movimento, que objetiva resolver os problemas de mobilidade urbana na região da Grande Florianópolis. A apresentação ocorreu na SC Par com a presença também do Comitê Gestor de Parcerias Público Privada (CGPPP) composta pelo presidente da SC Par, Secretários de Estado da Casa Civil, Fazenda, Planejamento, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Procurador Geral do Estado, Secretário Regional da Grande Florianópolis e

Presidente da FIESC.

O Consórcio Floripa em Movimento foi habilitado pelo Governo do Estado, através de uma Manifestação Pública de Interesse (PMI), em fevereiro deste ano, para desenvolver estudos e apresentar até o mês de junho uma proposta que resolva os principais problemas de mobilidade na região. A proposta deve contemplar a travessia Ilha-Continente e o Transporte Marítimo. Além do Floripa em Movimento, mais dois grupos empresariais foram qualificados para participarem do PMI e também apresentarão seu projeto em junho. O projeto vencedor deverá ser licitado ainda em



2013.

Para resolver de fato o problema de mobilidade urbana na Grande Florianópolis, o Consórcio Floripa em Movimento prevê a implantação de um modelo integrado de transportes, tendo como re-

ferência e base técnica experiências utilizadas com sucesso em países como a Inglaterra, Malásia e Canadá. A proposta prevê a implantação de três meios de transporte, integrados aos sistemas já existentes (táxis, ônibus, carros) valori-

zando também o uso de bicicletas. Mais de R\$ 6 milhões estão sendo investidos pela iniciativa privada na elaboração do projeto.

O destaque da proposta será a inserção de um Sistema Inteligente de Transporte Público, o POD-SIT. Trata-se de um sistema de alta capacidade, operado por uma central de monitoramento e controle que dispensa condutor. Não é poluente e além de ajudar a preservar o meio ambiente, é mais rápido e seguro em relação aos transportes tradicionais. Também está previsto o uso de Transporte Marítimo e Monotrilho, combinando as tecnologias existentes com as características da cidade.

Fabricante de carros elétricos sem motorista conhece projeto de implantação de sistema



Secretário Renato Hinnig conversa com diretor da Ultra Global

Pela primeira vez na América do Sul, o diretor geral da Ultra Global, empresa fabricante do System Urban Intelligence - POD-SIT (Sistema Inteligente de Trânsito), na Inglaterra, Fraser Brow, esteve em Florianópolis, no dia 26 de abril, para conhecer o projeto que visa a implantação do sistema na Grande Florianópolis. Brow, acompanhado do dirigente do Consórcio Floripa em Movimento, Halan Moreira, visitou pontos da região por onde está prevista a passagem do POD-SIT, um veículo ainda inédito no Brasil, operando com um moderno sistema que dispensa condutor, sendo comandado a partir de uma central de monitoramento eletrônico.

Segundo Brow, o Governo

Inglês já manifestou apoio à implantação do sistema na Grande Florianópolis, uma vez que o mesmo é considerado uma solução de mobilidade urbana em Londres, onde foi implantado como modelo no aeroporto de Heathrow. Os especialistas em mobilidade estiveram reunidos com o secretário Regional da Grande Florianópolis, deputado Renato Hinnig, na sede da SDR. Hinnig também é presidente do Comitê Gestor de Mobilidade na região. "A presença do fabricante do sistema em Florianópolis demonstra o interesse na viabilização do projeto. Vamos avaliar todas as propostas para que o Governo selecione a que atenda de melhor forma as demandas da população", destacou Hinnig.

UDESC vai integrar ações para discutir mobilidade

O reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc, Antonio Heronaldo de Sousa, recebeu no dia 30 de abril, no seu gabinete, o especialista em mobilidade urbana e dirigente do Consórcio Floripa em Movimento, Halan Moreira. O objetivo do encontro foi levar a discussão sobre o futuro da mobilidade urbana na Grande Florianópolis para o campo acadêmico, envolvendo a universidade na discussão e busca por soluções, além de ofertar intercâmbios e mecanismos de cooperação entre Santa Catarina e a universidade de Bristol, na Inglaterra, de onde saiu o projeto do Sistema Inteligente de Trânsito, o POD SIT, implantado com sucesso em Londres.

Moreira sugeriu um seminário de Mobilidade Urbana em Florianópolis, organizado em parceria com a Universidade de Bristol e a Udesc, com palestra de especialistas e professores da Bristol para universitários, pesquisadores e formadores de opinião. O reitor mostrou interesse nessa parceria e convidou Moreira para imediatamente agendar palestras sobre Mobilidade Urbana nos Campus de Florianópolis,



Lages e Joinville.

Com a aprovação da realização do seminário a Universidade Federal de Santa Catarina e outras instituições de ensino também serão convidadas a participar. O seminário vai apresentar o que está sendo discutido para solucionar a mobilidade urbana e de que forma os alunos podem contribuir e fazer parte dessas soluções. "O POD-SIT nasceu na Universidade de Bristol, na Inglaterra, construído com contribuições de alunos. Para implantar o projeto aqui, caso aprovado, nada mais oportuno que a participação das universidades também", explica Moreira.

Segundo o reitor a Udesc

realiza intercâmbio entre universidades do mundo todo, por meio da Secretaria de Cooperação Interinstitucional e Internacional da Udesc (SCII). Em junho um grupo de alunos da Universidade estará na Inglaterra para fechar novas parcerias. Após convite de Moreira, estarão também na Universidade de Bristol, no dia 6 de junho, onde pretendem fechar um acordo de cooperação. "Temos total interesse em expandir nossos convênios com universidades estrangeiras por meio de acordo de cooperação. Já fazemos este trabalho há algum tempo e está dando certo. Com certeza seremos parceiros", destacou o reitor.

Pesquisa tumultua trânsito na Ponte Pedro Ivo

Uma pesquisa sobre mobilidade urbana surpreendeu motoristas que passavam pela ponte Pedro Ivo Campos com destino a Ilha de Santa Catarina na manhã do dia 8 de abril. O trajeto, que já é lento devido ao grande fluxo de veículos, levou mais tempo que o normal para ser realizado por causa da etapa de entrevistas com os motoristas, interrompida após reclamações.

O estudo, encomendado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, começou à 0h e devia ir até 0h do dia 13. O objetivo principal é contar o número de veículos que chega à Ilha todos os dias.

De acordo com Otávio Vieira Conção, coordenador da pesquisa de campo, na avaliação de técnicos o fluxo estava normal, mas a empresa responsável pelo estudo optou por cancelar temporariamente a etapa de entrevistas.

A primeira entrevista foi feita por volta das 7h30min. Até as 9h, cerca de 100 pessoas haviam dado seu depoimento sobre sua origem e destino, com que frequência fazem o trajeto e o motivo da viagem.



Em uma outra etapa do estudo, que ainda não teve início, entrevistadores estarão nos terminais da cidade para colher informações sobre os usuários de transporte coletivo.

A empresa responsável pela pesquisa é a Comap (Consultoria Marketing Planejamento Representações S/C Ltda.), de São Paulo. Vinte e sete pessoas

participam da execução.

CONCORRÊNCIA

O consórcio Floripa em Movimento, que também participa da Manifestação Pública de Interesse (PMI), promovida pelo Governo do Estado, divulgou nota informando que realizou sua pesquisa de campo entre os dias 9 e 18 de abril,

cujos dados colhidos junto à população, neste momento, encontram-se em fase de finalização de análise.

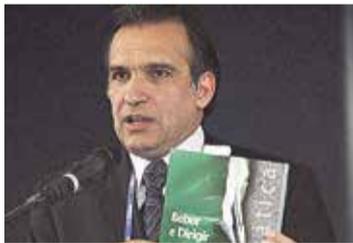
Segundo o representante do consórcio, Halan Moreira, amostragens de origem e destinos também foram colhidas nas pontes que ligam a Ilha o Continente, porém, com mecanismos que permitiram a normalidade do trânsito no local. "Uso de equipamentos e tecnologias avançadas, descrição na vestimenta dos pesquisadores, agilidade na coleta de dados, treinamento prévio, são algumas das estratégias previstas no trabalho realizado", afirma. (Com informações do Diário Catarinense)

NOTA DO EDITOR: Pergunta que não quer calar... Se ambas as pesquisas foram encomendadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina e têm o mesmo objetivo, não seria melhor ter sido realizada uma única pesquisa e os resultados compartilhados entre as duas empresas concorrentes?

Empresas querem mudar lei que impõe descanso a caminhoneiros



Deputado Nelson Marquezelli



Deputado Hugo Leal



Procurador Paulo Douglas



Dirceu Rodrigues Alves Jr

Empresas do agronegócio e grandes transportadores pressionam por alterações na Lei dos Caminhoneiros que ampliam os períodos máximos de direção dos trabalhadores sem descanso. Aprovada no ano passado, a lei impõe restrições ao tempo de direção dos motoristas como forma de aumentar a segurança das estradas. Motoristas passaram a ter direito a 30 minutos de parada a cada quatro horas de direção e um total de 11 horas seguidas de descanso diário.

As empresas argumentam que a lei eleva custos ao consumidor e que sua execução é impraticável - argumento refutado pelo Ministério Pú-

blico do Trabalho e entidades ligadas à segurança no trânsito. Proposta em discussão no Congresso, e também encaminhada à Casa Civil, permite que a jornada passe a ser de seis horas seguidas com 30 minutos de descanso. E que o tempo de descanso diário possa ser quebrado em oito horas mais três horas. Além disso, o limite de horas extras passaria de duas para quatro.

No Congresso, a comissão criada para discutir a mudança é presidida pelo deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP). Ele é da bancada ruralista e favorável às mudanças na lei. Um relatório é esperado em duas semanas. Marque-

zelli defende que o tempo de descanso deve ser determinado estrada por estrada, dependendo das condições de cada trajeto. Ele considera que a mudança não terá impacto nos acidentes. "Não vai aumentar porque vamos obrigar todos os motoristas a fazer exames de sangue e urina uma vez por ano ou a cada dois anos. De todos os veículos. Pode ver: onde tem acidente com caminhão tem um carro ou uma moto", disse Marquezelli.

O deputado Hugo Leal (PSC-RJ) está na comissão e afirma que a maioria dos parlamentares integrantes do grupo é da área ruralista e

que a proposta final será por alterações na lei.

GARANTIR A FADIGA - O procurador do Trabalho Paulo Douglas, que participou da formulação da lei atual, diz que é possível promover flexibilizações como a da quebra do descanso de 11 horas seguidos. Mas que o aumento do número de horas extras e do tempo de direção seguido seria retrocesso. "A lei que garantia o descanso agora vai garantir a fadiga", afirma Douglas. "O quadro que se delinea é que as mudanças virão, inclusive com apoio do governo."

Diretor de medicina de trá-

fego da Abramet (Associação Brasileira de Medicina de Tráfego), Dirceu Rodrigues Alves Junior foi ouvido pela comissão e disse que a lei como está já não garante o repouso adequado do caminhoneiro. Segundo ele, o ideal - pelas condições insalubres, perigosas e penosas - seria jornada de seis horas com 20 minutos de descanso a cada duas horas. "Quando disse isso, fui ironizado pelo presidente da comissão. Acho que uma comissão como essa não deveria ser presidida por alguém que exerce a atividade no setor." Procurada, a Casa Civil não havia se pronunciado até a conclusão desta edição.



JUDICIÁRIO

FRAUDE EM DPVAT

Médico denunciado de integrar quadrilha pede HC

A defesa do médico J.H.S., denunciado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro por supostamente integrar quadrilha voltada para fraudes no seguro DPVAT, impetrou Habeas Corpus (HC 117624) no Supremo Tribunal Federal pedindo que lhe seja assegurado o direito de responder ao processo em liberdade, até o trânsito em julgado da sentença. Sua prisão preventiva foi decretada em março pela juíza da 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias (RJ).

De acordo com o Ministério Público fluminense, a suposta quadrilha, composta de um núcleo policial e um núcleo jurídico, obtinha em hospitais e delegacias de vários municípios informações sobre vítimas de acidentes de trânsito. Em seguida, entravam em contato com essas pessoas propondo agilidades e vantagens financeiras no recebimento do seguro DPVAT, encaminhando-as ao IML. Lá eram confeccionados laudos periciais irregulares que indicavam debilidades permanentes e enfermidades incuráveis, visando

ao recebimento do patamar máximo de indenização (R\$ 13.500). O MP-RJ aponta que a quadrilha ficava com 30% do valor.

Segundo a denúncia contra 23 pessoas apresentada pelo Ministério Público, J.H. é médico legista do Instituto Médico Legal de Duque de Caxias e colaborava com a quadrilha de fraudadores “assinando e ratificando laudos periciais fraudulentos”. Conforme o HC, embora não estivesse na relação do pedido de prisão preventiva de 18 dos 23 denunciados, formulado pelo MP-RJ, o autor do HC teve sua prisão determinada de ofício pela juíza da Vara Criminal, e efetivada no dia 4 de abril.

Pedido de liminar para revogar a prisão preventiva do acusado foi rejeitado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No HC 117624, a defesa do médico afirma que a decisão de primeiro grau é ilegal por estar fundamentada apenas na própria prática delitiva e



na suposição de que o acusado possa fugir ou criar obstáculos à instrução criminal. O decreto prisional, afirmam os advogados, afronta a ordem constitucional e desvirtua o sentido das pri-

sões cautelares, “transformando-as em verdadeira pena, em completa violação à presunção de inocência”.

A relatora do Habeas Corpus é a ministra Cármen Lúcia (foto).

Rejeitado HC de condenado por crime doloso no trânsito

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou o Habeas Corpus (HC) 115352, com o qual a defesa do frentista Otávio Pereira Sampaio, de Taguatinga (DF), pretendia a nulidade da condenação a ele imposta – seis anos de prisão em regime semiaberto – pelo atropelamento e morte de uma idosa numa das principais vias que ligam aquela cidade-satélite ao centro da capital federal. O crime ocorreu em 24 de maio de 2009. O frentista estava em alta velocidade e havia ingerido bebida alcoólica. Foi condenado por homicídio doloso, na modalidade de dolo eventual, na medida em que, ao dirigir sob efeito de álcool, assumiu o risco de causar o evento morte.

No HC, a defesa do frentista buscava a desclassificação da conduta de homicídio doloso (dolo eventual) para homicídio culposo na direção de veículo automotor (delito previsto no artigo 302 do Código Brasileiro de Trânsito); a anulação da ação penal que resultou na sua conde-

nação, desde o oferecimento da denúncia; o encaminhamento dos autos para a Vara dos delitos de Trânsito de Taguatinga, e a consequente expedição de alvará de soltura em seu favor. A defesa alegou que o frentista “não agiu com dolo de matar nem mesmo fez uso da bebida alcoólica para encorajar-se a cometer o delito pelo qual foi condenado.”



Mas, de acordo com o relator do HC, ministro Ricardo Lewandowski (foto), as circunstâncias do crime não são favoráveis e não contribuem para a tese da defesa. O relator leu trecho da denúncia segundo o qual “o denunciado ingeriu bebida alcoólica e, não obstante o seu estado de embriaguez, postou-

se ao volante de seu veículo e passou a conduzi-lo naquela citada via, vindo a atropelar a vítima”. E acrescentou: “após o atropelamento, o denunciado tentou empreender fuga enquanto a vítima encontrava-se presa sob o carro, somente dali sendo retirada tendo em vista o sentimento humanitário dos populares.”

Em seu voto, o ministro Lewandowski apontou ainda a soberania das decisões do Tribunal do Júri. “O juízo competente para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, que é o Tribunal do Júri, analisando o conjunto probatório da causa e o elemento volitivo da conduta do agente, entendeu que o paciente, ao conduzir o veículo em velocidade excessiva e ainda sob efeito do álcool, assumiu o risco da ocorrência do resultado, e concluiu assim pela sua condenação. E esta conclusão não se mostrou divorciada da prova dos autos, tendo sido mantida no julgamento da apelação”, concluiu. A decisão da Segunda Turma do STF foi unânime.

Justiça nega danos morais contra o Município por acidente de trânsito

O juiz Alexandre Ito, em sentença proferida na 6ª Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos, negou pedido de indenização por danos morais e materiais movido por M.A.B. do N. contra o Município de Campo Grande em razão de o autor ter se acidentado em rua da Capital.

Narra o autor que no dia 28 de novembro de 2011, por volta das 21 horas, transitava com sua motocicleta pela rua Otilia Coelho Neto quando, ao chegar no cruzamento com a rua Ubata, deparou-se com obras na pista sem qualquer sinalização, o que ocasionou o choque de seu veículo em um buraco.

Afirma que, em razão do acidente, sofreu graves danos físicos, sendo submetido a cirurgia na coluna, além de escoriações. Sustenta também que sofreu danos materiais. Regularmente citado, o Município de Campo Grande contestou afirmando que o autor é usuário de bebida alcoólica, fazendo uso de medi-

cação, que certamente poderia interferir em seu estado físico e mental.

De acordo com o juiz, a prova documental produzida não é suficiente para provar o seu direito. Conforme ele, “não há demonstração de que o acidente tenha, de fato, sido provocado por obras na pista sem sinalização, pois o relatório de acidente teve por base apenas as declarações do próprio autor, não contendo declaração de testemunhas ou de policiais. Trata-se, portanto, de um documento produzido de maneira unilateral, incapaz de, por si só, provar as alegações de fato nele contidas”.

Do mesmo modo, o magistrado citou que, da análise das fotos juntadas aos autos, é impossível saber onde foram tiradas e se realmente correspondem ao local do acidente. Não havendo, portanto, demonstração do nexo de causalidade entre a conduta do ente público e o acidente ocorrido.



LEGISLATIVO

Aluno de autoescola pode ser obrigado a usar simulador

A Câmara está analisando proposta (PL4449/12) que prevê o uso de simuladores de trânsito para alunos de autoescolas. Pela proposta, antes de dirigirem nas ruas, os candidatos a motoristas deverão ter aulas em um simulador, a exemplo do que já acontece com os pilotos de avião.

O autor do projeto, deputado Mauro Lopes, do PMDB de Minas Gerais, acredita que os simuladores poderão formar motoristas mais conscientes, diminuindo assim o número de acidentes. Mauro Lopes destacou que já existe resolução do Contran prevendo o uso de simuladores e que algumas autoescolas já utilizam o sistema em suas aulas.

O aprendiz tem aula teórica, depois vai ao simulador. Ele passa os problemas críticos que tem no trânsito no próprio simulador e quando ele vai para o trânsito com o veículo, ele vai mais tranquilo, já tem mais tranquilidade para dirigir no trânsito e fazer o treinamento dele.

O presidente do Sindicato das Autoescolas do Distrito Federal, Francisco Joaquim Loiola, defende o uso do simulador também para motociclistas e motoristas de caminhão



e ônibus.

Resolução do Contran, Conselho Nacional de Trânsito, determina que, a partir de 1º de julho, as autoescolas serão obrigadas a usar, por pelos menos cinco horas, o simulador de direção.

Outras resoluções determinando o uso do simulador já foram criadas pelo Contran, desde 1977, mas a falta de regulamentação deixou as autoescolas livres para utilizar ou não o aparelho.

Segundo Francisco Loiola, a maioria das autoescolas não tem infraestrutura e nem recursos para arcar com a compra do simulador.

Porque 32 mil, como eles estão orçando a máquina hoje,

32 mil reais vai onerar em gastos e, com certeza, esse valor vai ser repassado para a sociedade. A sociedade vai ter que gastar mais para tirar a carteira de motorista. O processo vai ficar mais moroso, a habilitação que você tira hoje em 40 dias, com certeza, vai demorar mais tempo para a aquisição da carteira.

Para o especialista em segurança no trânsito, Paulo Cezar Marques, a utilização do simulador traz um melhor aproveitamento para o aluno. Paulo Cezar Marques acredita que a medida vai beneficiar os novos motoristas, mas em relação à diminuição no número de acidentes, só há como fazer essa verificação depois de

alguns anos.

A expectativa é sempre positiva de que se os processos de formação de condutores são mais aprimorados e se o rendimento é melhor, teremos melhores motoristas. Isso não significa que vai acontecer assim, porque os fatores que interferem no comportamento do condutor são muitos, inclusive os próprios vícios que o motorista vai adquirindo com o hábito de dirigir.

A proposta que determina o uso de simuladores nos processos de habilitação já foi aprovada pela Comissão de Viação e Transportes e agora vai ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça.

NOTA DO EDITOR: *Essa parece ser mais uma daquelas leis mal planejadas, que acaba por condenar a norma ao fracasso, antes mesmo dela entrar em vigor. Essas cinco horas serão acrescidas no currículo das auto-escolas ou substituirão tempo de direção ao volante? As auto-escolas terão recursos financeiros suficientes para arcarem com este investimento? O consumidor/aluno pagará a conta? São tantas as questões, que é bem provável que vejamos o adiamento da sua implementação por muitos anos.*

Comissão aprova comunicação de vencimento de multas e da CNH

A Comissão de Viação e Transportes aprovou o Projeto de Lei 4049/12, que obriga os órgãos executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal a comunicar com 90 dias de antecedência o vencimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Pelo texto, do deputado Davi Alves Silva Júnior (PR-MA), os órgãos de trânsito também deverão informar eventuais infrações cometidas no ano anterior, a quantidade e data de vencimento dos pontos anotados na carteira.

Para o relator, deputado Jose Stédile (PSB-RS), muitas vezes, o condutor se esquece de verificar o prazo de validade da CNH, e fica sujeito a ser surpreendido pela fiscalização. "Considerando que não é, na maioria das vezes, uma atitude de má-fé, entendemos que a rigorosa punição prevista acaba sendo injusta".

O relator lembra que a punição por dirigir com habilitação vencida consiste em infração gravíssima, punida com multa e apreensão do documento. A legislação estabelece ainda que o veículo ficará retido até a apresentação de condutor habilitado.

Tramitação - A proposta segue para análise conclusiva da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão discute proibição de motos circularem em corredores entre carros

O projeto que proíbe a circulação de motos nos corredores entre outros veículos nas pistas foi debatido em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano no dia 24 de abril.

Outro assunto da reunião será a qualidade dos serviços de treinamento prestados pelas autoescolas. O deputado Alberto Filho (PMDB-MA) pediu a discussão sobre o Projeto de Lei 1517/11, do deputado Newton Lima



(PT-SP), que proíbe motos, motonetas e outros ciclomotores de transitar entre a calçada e os veículos ou entre veículos de faixas adjacentes, no chamado corredor. A proposta também exige a criação, sempre que possível, de faixas exclusivas para motos.

Alberto Filho chama a atenção para o grande número de mortes no trânsito no Brasil, muitas delas em acidentes envolvendo motociclistas, e por isso sugere um debate

aprofundado do projeto, para que o problema seja enfrentado "de maneira firme e eficaz".

As mortes no trânsito também foram a motivação para o deputado Sérgio Moraes (PTB-RS) solicitar uma audiência sobre as autoescolas. Ele relaciona o grande número de acidentes, tanto em rodovias quanto dentro das cidades, à preparação inadequada dos motoristas, assim como às más condições das pistas.

Como dirigir com segurança na chuva

No período de chuvas, um dos maiores cuidados que o motorista deve ter é com a aquaplanagem. Ela acontece quando uma lâmina de água se interpõe entre o asfalto e os pneus, provocando a perda de contato do carro com o solo.

Vários fatores levam ao fenômeno: velocidade, qualidade do asfalto, quantidade de água sobre a pista e, principalmente, o estado de conservação do pneu.

Como não é possível controlar a qualidade das estradas ou quando vai chover, a melhor maneira de se proteger é ficar de olho no que está ao seu alcance. Nunca deixe o pneu ficar careca: são os sulcos dos pneus que são responsáveis pela drenagem da água no asfalto.

“No caso de chuva, a pouca ou nenhuma profundidade dos sulcos compromete o escoamento da água que fica entre o pneu e o piso, o que aumenta significativamente o risco de aquaplanagem e a perda do controle da direção”, explica o Gerente Geral da Copagra, concessionária Ford em Porto Alegre, Marcos Azambuja.

O gerente ainda dá outras dicas. “Manter os pneus com a pressão indicada pelo fabricante do veículo, ter os quatro pneus com a mesma medida



e desenho, fazer o rodízio a cada oito mil quilômetros e procurar trocar os quatro pneus juntos são outras dicas para conduzir um carro com segurança sob chuva”, alerta.

Mas não é só o cuidado com os pneus que evita a aquaplanagem. É importante manter o carro em velocidade baixa durante a chuva, não

ultrapassando os 80 km/h. Acionar os freios antes de passar por uma poça de água também ajuda a evitar acidentes.

Se a aquaplanagem for inevitável, o mais indicado a fazer é retirar imediatamente o pé do acelerador, não pisar bruscamente no pedal do freio e segurar firme o volante para manter as rodas retas.

Quando os pneus retomarem o contato com o solo, gire levemente a direção de um lado para o outro, para sentir que o veículo recuperou totalmente a aderência. Caso o carro possua freios ABS (que não deixa travar as rodas), aplique a força no pedal do freio, mantendo-o pressionado até o controle total do veículo.

No DF número de motoristas que dirigem alcoolizados cresce 140%

A cada dois dias, três motoristas são multados pelo crime de dirigir alcoolizado no Distrito Federal. A quantidade de autuações cresceu 140% no primeiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2012. Os flagrantes de condutores dirigindo sob efeito de álcool — quando a punição é apenas administrativa — também estão maiores. O aumento chega a 25%.

A nova lei seca, que impôs a tolerância zero, associada à possibilidade de autuação pelo crime de alcoolemia mesmo com a recusa da pessoa em fazer o teste do bafômetro, estão entre as possíveis causas para o aumento dos registros de desrespeito à norma legal.

Os números se referem somente às autuações feitas pelo Batalhão de Trânsito da Polícia Militar (BPTran). Além dos avanços na legislação, o subcomandante do BPTran, major Wagner Freitas, considera que as ações conjuntas com o Batalhão de Polícia Militar Rodoviária (BPRv) impactaram positivamente nos números. “A preocupação do Batalhão de Trânsito não é o quantitativo de autuações referentes à alcoolemia, mas, sim, quantos acidentes de trânsito com ou sem vítima fatal e danos ao patrimônio foram evitados em razão dessa ação preventiva”, destaca.



CAPITAL CATARINENSE

Os registros policiais indicam ser cada vez maior, em Florianópolis e em todo o Estado, o número de acidentes de trânsito causados por motoristas embriagados ao volante, apesar da Lei Seca e das punições severas que ela impõe aos transgressores. Mortes, principalmente de jovens na faixa etária das baladas e mutilações são o amargo preço pago pela sociedade em função desta insana irresponsabilidade.

O prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Júnior, atento a esta preocupante situação e em nome da segurança dos moradores, prometeu intensificar a fiscalização pela Guarda Municipal. A corporação, munida de bafômetros, teria a missão de retirar os infratores das ruas. Que esta providência seja tomada o quanto antes.

Ficar por horas no trânsito pode causar problemas para saúde

O crescimento dos congestionamentos nas grandes cidades, que faz com que os donos de carro dirijam por muitas horas seguidas, começa a trazer para os motoristas comuns problemas de **saúde** até então frequentes em taxistas e caminhoneiros. É o caso do desgaste nas articulações dos joelhos e dos tornozelos e tendinites provocadas por movimentos repetitivos.

De acordo com o ortopedista Agnaldo de Oliveira Júnior, do Complexo Hospitalar Edmundo Vasconcelos, movimentos para mudanças de marcha e ações simples como acelerar, pressionar a embreagem e frear, se muito repetitivos, podem levar ao desgaste das articulações.

Para quem não tem alternativa, alguns cuidados simples podem ajudar a prevenir dores no corpo que podem surgir depois de horas dirigindo e prevenir o surgimento de problemas mais sérios.

DICAS PARA EVITAR DOR

Garanta que sua coluna esteja bem posicionada. O ideal é que o banco ofereça uma posição confortável para a lombar, evitando assim problemas futuros ou agravando os já existentes.

Caso o assento do automóvel não ofereça o conforto desejado, uma opção é usar alguns artifícios para melhorar a postura, entre eles estão o rolo lombar, uma toalha enrolada ou uma almofada. O objeto deve ficar entre o banco e as costas na altura da terceira vértebra lombar, acima da bacia. Os acessórios são considerados eficazes, pois possibilitam o ajuste conforme a necessidade de cada corpo.

Fique atento à distância entre o banco e o volante, faça ajustes sempre que necessário para que a carga ao usar os pedais não seja transmitida para coluna lombar. Para não tensionar ombros e pescoço, os braços devem estar relaxados e com os cotovelos semiflexionados.

As pernas devem ficar paralelas, desta forma não ocorre o risco de comprometer a circulação sanguínea. Aproveite a farol vermelho para fazer movimentos adequados como alongamento é uma opção. Essas ações irão movimentar a corrente, além de aliviar a tensão dos músculos, articulações e nervos. Cuidados simples como esses melhoram a dor e evitam a falta de condicionamento físico.

SPU vai reunir prefeitos para discutir o Transporte Marítimo

Desde a saída de Ronério Heiderscheidt da Prefeitura de Palhoça, pouca coisa ou quase nada foi falado sobre o tão necessário Transporte Marítimo da Grande Florianópolis.

Por esta razão, já aos 45 minutos do segundo tempo para o fechamento da edição, como se diz na linguagem popular, no dia 14 de maio, o presidente do MONATRAN – Movimento Nacional de Educação no Trânsito, Roberto Alvarez Bentes de Sá, juntamente a equipe do jornal da entidade, foi até a Superintendência do Patrimônio da União para saber qual é a situação dos quatro projetos que criam, pelo menos em Palhoça, o Sistema de Transporte Marítimo, entregues há mais de um ano.

Segundo a superintendente do Patrimônio da União, Isolde Espíndola, infelizmente, os projetos ainda aguardam a avaliação do IBAMA, conforme orientação do Ministério Público. Todavia, quanto ao posicionamento da SPU, nada mudou. “Desde que não haja nenhum impedimento ambiental, não temos nenhuma razão para negar a cessão das áreas solicitadas. Pelo contrário, somos totalmente a favor da criação desse modal. Aliás, não apenas para Palhoça, mas para toda a região metropolitana”, ratificou.

A superintendente informou ainda que nenhum dos demais prefeitos da Grande Florianópolis entrou em contato com a SPU pedindo a cessão de áreas para a construção de estações de embarque e desembarque, o que em sua opinião, inviabiliza o projeto.



Dra. Isolde Espíndola, superintendente do SPU, e o presidente do MONATRAN Roberto Bentes de Sá.

“Implantar o Transporte Marítimo somente em Palhoça não vai resolver o problema da mobilidade na região metropolitana. É fundamental que haja a participação de Florianópolis, São José e Biguaçu”, enfatizou.

Sensibilizada pela preocupação do MONATRAN com a questão, a superintendente decidiu promover uma reunião para mostrar que há viabilidade de concretizar a implantação do Transporte Marítimo na Grande Florianópolis, desde que haja ações concretas por parte de todos os interessa-

dos, visto que a SPU não pode definir o destino das áreas disponíveis sem a devida solicitação.

A ideia é reunir os prefeitos de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, um representante do Governo do Estado, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, o DETER e o MONATRAN. “Quero mostrar que as áreas estão à disposição. Porém, as demais prefeituras precisam demonstrar que realmente estão querendo investir nesse projeto e solicitar oficialmente as áreas para a instalação das estações de

embarque e desembarque”, salientou.

Para o presidente do MONATRAN, essa reunião pode representar um grande avanço para a mobilidade na Grande Florianópolis. “Estamos confiantes de que os prefeitos eleitos cumpram suas promessas de campanha e realmente invistam na implantação desse novo modal. Nós do MONATRAN, continuaremos fazendo tudo o que estiver ao nosso alcance para que o projeto se concretize, cobrando dos responsáveis uma atitude eficaz”, afirmou.

Mais de 270 mil pedestres morrem anualmente em acidentes

Mais de 270.000 pedestres morrem em acidentes envolvendo veículos no mundo a cada ano, indicou a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 2 de maio, que criticou décadas de negligência em favor do transporte automotivo. A OMS ressaltou que 22% de 1,24 milhão de vítimas fatais em acidentes viários

no mundo são pedestres.

“Mais de 5.000 pedestres morrem nas ruas e estradas do mundo a cada semana. Isto se deve a uma negligência de suas necessidades”, declarou EtienneKrug, diretor do departamento de prevenção de danos da OMS.

“Devemos repensar a maneira

como organizamos nosso sistema de transporte para que o ato de caminhar seja seguro e salvar vidas de pedestres”, acrescentou em um comunicado.

Os pedestres fazem parte dos mais vulneráveis dos usuários viários, segundo a OMS.

A OMS resalta que estudos mos-

tram que as pessoas do sexo masculino -adultos ou crianças - são as que mais morrem ou se ferem entre os pedestres acidentados.

Nos países desenvolvidos os pedestres idosos correm maior risco, enquanto nos outros países, as crianças e os jovens são os mais afetados.



CARTAS

SC 401

“Também nunca entendi o porque de existirem rodovias estaduais dentro da Ilha. Todavia, imagino que não deva ser do interesse dos prefeitos de Florianópolis arcar com a responsabilidade de manter e expandir as vias de grande circulação dentro da cidade. Assim, é mais fácil deixar o ônus para o Governo do Estado e lavar as mãos. Porém, que seria muito melhor termos uma bela avenida, iluminada, urbanizada e pavimentada decentemente – isso ninguém pode negar.”

Daniel Borba – Florianópolis/SC

Pão e Circo à brasileira

“Enquanto na Roma antiga existia a política do Pão e circo, aqui no Brasil moderno temos a política da cerveja e futebol. É lamentável ver que em 2 mil anos pouca coisa mudou. Para piorar, os resultados da combinação atual é bem perigosa. Infelizmente, como bem observou o articulista José Roberto de Souza Dias, no nosso país, os pedidos da FIFA são levados bem a sério do que os da Organização Mundial de Saúde. Assim, fica cada vez mais difícil cumprir o que a Lei Seca estabelece.”

Mauro Guarda – São Paulo/SP

Skates elétricos

“Esclarecedor o artigo sobre skates elétricos. Acho que deveria haver uma fiscalização maior nesse sentido ou, ao menos, uma campanha de conscientização dos jovens que saem por aí colocando suas vidas em risco, assim como as vidas de outrem. Sem contar que atrapalham o já tão conturbado trânsito nosso de cada dia.”

Paulo Melo - Curitiba/PR

Lei Seca

“Gostei muito da abordagem do Dr. Ildo Rosa. De fato, a existência da atual legislação por si só não resolverá o drama das milhares de mortes causadas pelo trânsito brasileiro anualmente. Sem dúvida, temos que cobrar investimentos em prevenção, educação e tratamento visando formar futuras gerações mais conscientes e não tão dependentes da repressão, do exacerbamento das penas e do fortalecimento da fiscalização.”

Sofia Maganhoto – Palçhoça/SC

Florianópolis tem jeito?

“Florianópolis teria jeito se realmente tivessem vontade política de fazer acontecer. Tantos fóruns já foram realizados, tantos renomados palestrantes já expuseram os prós e os contras. Agora falta alguém querer fazer. Enquanto ficarem só nessa lenga lenga de discutir e não agir vai ser difícil sair alguma coisa. A situação já está pra lá de insustentável. A situação é de emergência, para não dizer, calamidade pública.”

Rogério Madeira – São José/SC

Malha ferroviária

“Apesar de contrariar os interesses de muitos segmentos, fico feliz que o Governo do Estado de Santa Catarina esteja tendo peito e encarando o desafio de viabilizar as ferrovias Litorânea e Leste-Oeste. Como diria a sabedoria popular, ‘antes tarde do que nunca’. Certamente, a construção destas ferrovias beneficiará, e muito, a economia do nosso estado.”

Luiz Medeiros – Joinville/SC

Comitê de Mobilidade

“Parabéns ao MONATran por aceitar encarar mais este desafio. Fico feliz que a diretoria de uma entidade já tão atuante tenha a sensibilidade de aceitar participar de uma iniciativa tão importante como esta da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, que instituiu o Comitê Regional de Mobilidade Urbana. Sem dúvida alguma, o MONATran contribuirá sobremaneira nesse processo que visa o nosso bem comum. Parabéns!”

Cibele Cirimarco – Florianópolis/SC

Obras x Mobilidade

“Direto ao ponto esta matéria que fala dos estudos do IPEA, confirmando aquilo que todo mundo já sabe, mas não quer ver: obras não melhoram a mobilidade urbana no Brasil. Infelizmente, as obras parecem garantir resultado nas eleições, mas pouco fazem para resolver esta questão que tanto atormenta os brasileiros das grandes cidades.”

Gabriel Sales – Campo Grande/SC

Zona 30

“Apesar de amedrontador por conta da baixa velocidade, a ideia da implantação de zonas com limite de velocidade de 30 km/h parece ser uma boa saída para diminuir o número de acidentes, especialmente nos bairros. Deixo registrado o meu desejo de boa sorte!”

Arlete Zimmermann – Rio de Janeiro/RJ



Congresso fecha cerco a mau motorista

Projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados prevê multa cinco vezes maior para ultrapassagens perigosas e punição equivalente à da Lei Seca para quem praticar racha

Depois do endurecimento da Lei Seca no fim de janeiro deste ano, com uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que pune o motorista alcoolizado com multa de R\$ 1,9 mil, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 24 de abril, um projeto de lei que aumenta a multa para condutores que praticam rachas ou arriscam ultrapassagens perigosas. A intenção da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro, que conta com o apoio do governo federal, é intensificar a punição para motoristas com comportamento de risco.

Mais rigor - Conforme o presidente da Frente Parlamentar, deputado federal Hugo Leal (PSC-RJ), outros projetos com teor semelhante serão votados neste ano, como o PL 2.872/2008, que aumenta para R\$ 1,9 mil a multa em ca-



sos de ultrapassagem indevida, multiplicando em dez vezes o valor aplicado atualmente.

Estão em tramitação na Câmara dos Deputados 569 propostas que visam a mudar o Código de Trânsito Brasileiro, em vigor há 15 anos. O tema ultrapassagem está presente em vários dos projetos.

Isto porque esse comportamento de risco normalmente é responsável pelas colisões frontais, um tipo de acidente que costuma ter resultados graves. “Para se ter uma ideia, 3,5% dos acidentes que atendemos são do tipo colisão frontal. É uma porcentagem pequena, mas esse tipo de acidente é res-

ponsável por mais de 30% das mortes nas rodovias”, explica o coordenador-geral de Operações substituto da Polícia Rodoviária Federal, inspetor Stênio Pires Benevides.

Apesar do risco, a ação é recorrente entre os motoristas. Só no Paraná, em 2012, o Departamento de Trânsito registrou 95.680 ultrapassagens indevidas, um número 16% maior que o de 2011.

O presidente da Comissão de Trânsito, Transporte e Mobilidade da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná, Marcelo Araújo, lembra que é difícil flagrar uma ultrapassagem indevida. Portanto,

segundo ele, a multa ampliada teria mais impacto psicológico no comportamento do motorista do que de arrecadação.

“Mudança deve ser imediata” - Para a presidente do Instituto Paz no Trânsito, de Curitiba, Cristiane Yared, qualquer mudança que torne a legislação mais rígida contra quem praticar irregularidades no trânsito é urgente. “É para agora, o trânsito está matando e precisamos fazer algo de imediato”, afirma. Para ela, o aumento na punição, com a elevação do valor da multa, é a saída. “É a única ferramenta que nós temos. As crianças nós ainda podemos educar, mas

os adultos nós só podemos punir”, acredita.

O deputado federal Marcelo Almeida (PMDB-PR), que é membro da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro, não teme que as mudanças em debate sejam vistas como ferramenta para a “indústria da multa”, porque considera que a crítica já está incutida na mente do brasileiro. Para ele, é importante disciplinar a cobrança de multa com a erradicação da Ufir e a implantação do parâmetro em real. Segundo Almeida, os valores arrecadados hoje com as multas não cobrem as despesas administrativas dos órgãos de trânsito.

Ele considera ainda que a própria divulgação da rigidez da legislação já assusta os motoristas. “O que muda mesmo o comportamento é a suspensão da carteira ou a necessidade de fazer os recursos de reciclagem”, avalia.

O tenente Ismael Veiga, do Batalhão de Policiamento do Trânsito, lembra que historicamente o comportamento do motorista muda a partir de uma intensificação na fiscalização. “É um processo gradual, as pessoas mudam o comportamento não pela consciência, mas pela fiscalização”, diz.

ESPAÇO LIVRE

Alfredo Leonardo Penz *



Lições de trânsito

O Cristiano, um leitor amigo e acadêmico do curso de educação física, me enviou um e-mail com o seguinte teor: “Quando nos deparamos com noticiários onde motoristas atropelam ciclistas, arrancam o braço fora e ainda jogam o membro decepado no rio e respondem ao processo em liberdade, por não ser uma ameaça à sociedade, dá nisso!

Para quem não sabe, Joinville tem faixas exclusivas para ônibus, vans escolares/fretamento e táxi com passageiro. Respeitando o Código de Trânsito Brasileiro, onde os ciclistas têm que pedalar no fluxo dos veículos e junto ao meio-fio, adentrei no corredor de ônibus me certificando de que nenhum dos veículos acima citados estivesse no caminho.

Para minha surpresa, um cidadão correndo feito louco, e buzinando continuamente, tocou o carro em cima de mim para que eu desbloqueasse a sua frente. Passou gesticulando dizendo que eu deveria estar na ciclovia. O malandrão cortou a frente de todos os

carros que esperavam pacientemente no sinaleiro da Beira-rio com a Itaiópolis, somente retornando para a pista correta quase em frente ao Bolshoi, deixando todos os outros motoristas indignados”. Na sequência, ele seguiu o motorista para tirar satisfação e até trocou algumas palavras.

Minha resposta foi - resumidamente - assim: compreendo perfeitamente a indignação que passou pela cabeça dele naquele momento. Comigo aconteceu algo parecido. Tive que fazer uma manobra arriscada, pois um outro “malandrão” cortou a minha frente, na rua Blumenau, com um trânsito intenso. Furioso, olhei com desaprovação, fiz cara de poucos amigos e, aí vem o ponto principal, ele me fitou nos olhos. Fiz menção como quem diz: “Mais cuidado”. Ele abaixou a cabeça, colocou a mão embaixo do assento, levantou sua mão e mostrou o seu “berro” (deveria ser um 32) dentro de uma cartucheira. Naquele momento senti, literalmente, o coração subir até minha garganta. Paralisei por alguns segundos.

Graças a Deus, o trânsito fluiu.

Daquele instante em diante, eu percebi que o trânsito não é brincadeira. Trânsito é para gente séria e com responsabilidade. Felizmente, ele só mostrou seu “brinquedinho”. Mas poderia ter sido diferente. Tentei mostrar ao Cristiano que se o malandrão estivesse, por exemplo, mal-humorado ou até mesmo irritado, talvez eu não estivesse respondendo ao e-mail dele.

Qualquer cidadão de bem, educado, respeitador das leis de trânsito, aguarda sua vez com paciência. Aliás, vejo até que devemos contribuir com a sua fluidez, dando passagem, respeitando os limites de velocidade e sendo corteses com os demais companheiros de trânsito. Afinal de contas, todos nós queremos chegar ao nosso destino com segurança. Então, paz no trânsito.

* alfredopenz@yahoo.com.br
Publicado originalmente no jornal “A Notícia”

Empresa americana desenvolve **carro voador**

O primeiro carro voador do mundo, o Transition da Terrafugia, deve chegar aos consumidores em 2015, com asas retráteis, a um preço sugerido de US\$ 279 mil, o equivalente a R\$ 564 mil. Para decolar com ele, no entanto, o motorista vai precisar achar uma pista livre, mais ou menos como fazem os aviões nos aeroportos.

A empresa já pretende criar um modelo mais prático: O Terrafugia TF-X, capaz de decolar como um helicóptero e voar como um avião.

Segundo reportagem do USA Today, o motorista pode usar o veículo normalmente nas estradas e, se quiser voar, é só ir até um heliporto, ou até mesmo um estacionamento. O automóvel decola praticamente na vertical, graças a hélices posicionadas em suas asas curtas. Depois da decolagem, para um voo regular, essas hélices rotacionam para uma posição horizontal.

O chamado TF-X ainda

conterá com um piloto automático que dirige o carro quando ele estiver no ar e também realizará pousos em segurança. Segundo a Terrafugia, um motorista leva cerca de cinco horas para aprender a operar o carro, que atinge uma velocidade de 200 m/h (320 km/h). A empresa ressalta que para emergências, o carro virá equipado com pára-quadras.

A empresa não revelou o preço do TF-X, mas informou que “com investimento na escala de produção, estudos preliminares indicam que é possível que o valor final seja próximo ao de carros de luxo topo de linha (entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão)”, segundo o “Mashable”.

O TF-X pode se tornar uma solução para o trânsito caótico das grandes cidades, assim como outras tecnologias que estão em desenvolvimento. No ano passado, a empresa Lit lançou o protótipo da motocicleta futurista



CI, uma cabine motorizada que tem um dispositivo anti-queda. O preço nos EUA é de R\$ 48 mil. Vale lembrar que o Google também possui um projeto de veículo inteligente que não precisa de motoristas.

“Achamos que era essa a hora de compartilhar nossa visão sobre o futuro”, afirma Richard Gersh, vice-presidente de negócios da Terrafugia. Embora o novo design de carro voador provavelmente leve ainda mais de uma década para chegar ao mercado, “se você não começar hoje, nunca irá acontecer”, completa o executivo.

A empresa diz que o Transition já tem 100 pedidos, mas que ainda está finalizando alguns aprimoramentos antes do lançamento comercial. Algo que dificulta esse processo é o fato de que o veículo precisa estar de acordo com as normas de segurança tanto de um carro quanto de um avião.



Restauração da Ponte do Limão, São Paulo

**QUANDO SE TRATA DE SEGURANÇA,
CONSERVAR É TÃO IMPORTANTE
QUANTO CONSTRUIR.**

Restauração de patrimônio histórico e arquitetônico
Retrofit | Recuperação estrutural | Obras especiais

www.concremat.com.br


CONCREJATO
obras especiais

Líder em obras
de restauração
e estrutura.